

A EXPERIÊNCIA DO SUBLIME NA *CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO* DE KANT

Bruno Abilio Galvão*

Resumo: Para Kant, conhecimento é a submissão do sensível às faculdades transcendentais do sujeito, de acordo com a relação entre elas, teremos diferentes tipos de juízos. Quanto a juízos estéticos, se dividem em *belo* e *sublime*, assim, nosso foco analítico será a *Crítica da faculdade do juízo*. O sublime, objeto de nossa investigação, decorre da harmonia entre imaginação e razão. A imaginação é forçada pela razão a apresentar o suprassensível ao experimentar a “natureza selvagem”, manifestada como absolutamente grande (*matemático-sublime*) e como poder de sobreposição ao sujeito (*dinâmico-sublime*). Vivencia-se um prazer negativo, havendo medo seguido pela complacência de resistir à natureza.

Palavras-chave: Faculdades. Juízo estético. Kant. Natureza. Sublime.

THE EXPERIENCE OF THE SUBLIME IN THE KANT'S CRITIQUE OF JUDGMENTS

Abstract: For Kant, knowledge is the submission of the sensitive to the subject's transcendental faculties, according to the relationship between them, we will have different types of judgments. As for aesthetic judgments, they are divided into beautiful and sublime, thus, our analytical focus will be the Critique of the faculty of judgment. The sublime, the object of our investigation, stems from the harmony between imagination and reason. The imagination is forced by reason to present the supersensible when experiencing the “wild nature”, manifested as absolutely great (mathematical-sublime) and as a power of superimposition on the subject (dynamic-sublime). A negative pleasure is experienced, with fear followed by the complacency of resisting nature.

Keywords: Faculties. Aesthetic judgments. Kant. Nature. Sublime.

* Doutor em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: brunoabiliogalvao@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O que se pretende abordar neste texto é o juízo estético sublime tal como Kant o analisa em sua obra *Crítica da faculdade do juízo*. Para tal, será realizada a leitura em conjunto do texto de Kant acompanhado de alguns comentadores. O objetivo, como já implícito no início, é compreender o que é o juízo estético sublime, que modalidade de afirmações e negações é veiculada por meio dessa classe e, também, se tratando da analítica transcendental kantiana, duas questões fazem-se relevantes: O que acontece na ordem das faculdades transcendentais do sujeito para que tal juízo seja pronunciado? O que o torna comunicável?

Todavia, este trabalho se submeterá a algumas etapas organizadas de forma a melhor compreender o que Kant quer dizer com esta palavra: *sublime*. A primeira etapa consiste em mostrar alguns pressupostos da filosofia kantiana, dentre os quais a revolução copernicana operada na ordem do conhecimento. Anterior a Kant, o conhecimento verdadeiro se justificava pela correspondência entre ideias e mundo, se as ideias ou conceitos refletem exatamente os objetos, logo são verdadeiros. Para Kant, o conhecimento é o resultado de uma submissão da realidade empírica às codificações e processos elaborados pelas relações estabelecidas entre suas faculdades transcendentais do sujeito. Se tudo o que é afirmado ou negado sobre o mundo é o resultado dos processos transcendentais do sujeito, logo, cada tipo de juízo é decorrente de certas associações entre as faculdades.

Partindo desse pressuposto, analisaremos que tipo de juízo se refere ao adjetivo estético. Quais as particularidades desse juízo e o que o diferencia dos juízos empíricos do conhecimento? Veremos que o juízo estético tem como fundamento a reflexão a partir de um sentimento gerado pela experiência com um objeto determinado. Por se tratar de um sentimento, este juízo é meramente subjetivo. Porém, a subjetividade deste juízo reivindica universalidade. Quando o sujeito afirma que algo é belo ou sublime, pressupõe que o prazer sentido diante dos objetos é compartilhado por todos. Da especificação do juízo estético faremos uma bifurcação, pois o objetivo não é tratar todas as suas variáveis, nos direcionando a uma análise do sublime. Nossa leitura do sublime kantiano prosseguirá por dois momentos: primeiro, o que é o sublime de forma

mais geral e suas definições e segundo, sua dupla característica matemático-dinâmica que, sinalizo desde então, não corresponde a duas modalidades de sublime, mas sim momentos distintos desta experiência.

A REVOLUÇÃO COPERNICANA COMO PRESSUPOSTO PARA UMA ANALÍTICA DOS JUÍZOS ESTÉTICOS

Como ponto de partida para essa análise, iniciaremos por aquilo que é mais característico na filosofia de Kant, que é a relação do sujeito com o mundo. Essa relação entre sujeito e mundo na filosofia de Kant sempre aparece como uma submissão ou um acomodamento das afecções dos objetos a uma estrutura transcendental do sujeito. Como Kant analisa em sua *estética transcendental* na obra *Crítica da razão pura*, o meio pelo qual um conhecimento pode ser aferido a um objeto se dá, unicamente, pela intuição decorrente da afecção sofrida por nossa mente e, a esta “capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se *sensibilidade*” (KANT, 1987, p. 39). Portanto, é pela sensibilidade que nos é dado intuições a partir das quais o objeto pode ser pensado pela faculdade do *entendimento* que, ao submetê-las às suas categorias, cria conceitos a partir dos quais torna possível a emissão de juízos de conhecimento, subsumindo o particular no universal⁵¹. Tudo o que sabemos, afirmamos ou negamos sobre as coisas se dão a partir dos fenômenos (intuições empíricas) e não das coisas tal como são em si mesmas. Portanto, a realidade para o sujeito é sempre uma representação (*Darstellung*) e apresentação (*Vorstellung*) dos objetos a partir de um processo cognitivo transcendental, em que as faculdades se inter-relacionam proporcionando ao sujeito uma compreensão lógica e ordenada do mundo. É a respeito desse assunto que Kant se refere quando diz que operou uma *revolução copernicana* na dimensão do conhecimento.

A ideia fundamental do que Kant denomina a sua «revolução copernicana» consiste no seguinte: substituir a ideia de uma harmonia entre o sujeito e o objeto (acordo *final*) pelo princípio de uma

⁵¹ Na *Crítica da faculdade do juízo*, estes recebem o nome de *juízos determinantes* os quais se distinguem de *juízos estéticos* dada a maneira como as faculdades se comportam, cuja diferença será abordada na próxima seção.

submissão *necessária* do objeto ao sujeito. A descoberta essencial é que a faculdade de conhecer é legisladora ou, mais precisamente, que há algo de legislador na faculdade de conhecer. (De igual modo, algo de legislador na faculdade de desejar). Assim, o ser dotado de razão descobre em si novos poderes. A primeira coisa que a revolução copernicana nos ensina é que somos nós que comandamos. (...). Em Kant, o problema da relação do sujeito e do objeto tende, pois, a interiorizar-se: converte-se no problema de uma relação entre faculdades subjetivas que diferem em natureza (sensibilidade receptiva e entendimento ativo) (DELEUZE, 1991, p. 21-22).

Embora a revolução copernicana feita por Kant corresponda a uma afirmação na ordem do conhecimento, *o que posso conhecer?*, um fator aqui é importantíssimo para este trabalho: o fato de que tudo o que o sujeito fala sobre o mundo é o resultado de uma operação a partir das relações entre as faculdades do sujeito. Portanto, se um sujeito qualquer emite um juízo afirmando que algo é sublime, é porque ocorre determinado processo na estrutura transcendental do sujeito em uma tentativa de assimilar o objeto, que o possibilita afirmar. O sublime não está no objeto, e como veremos este nem é apresentado pelas faculdades tendo um correspondente exterior, mas sim se efetiva no *interior* do próprio sujeito. Mas, que tipo de juízo corresponde ao sublime? Este seguiria a mesma ordem dos juízos do conhecimento? Dos juízos morais? Identificar a modalidade do juízo, julgo, é o primeiro passo para compreender o que é o sublime.

Sobre a modalidade do juízo correspondente ao sublime Kant (2012, p. 91) diz: “No que concerne à divisão dos momentos do ajuizamento estético dos objetos em referência ao sentimento do sublime, a Analítica poderá seguir o mesmo princípio ocorrido na análise dos juízos de gosto”. Podemos ver então que o sublime se trata de um sentimento do sujeito em relação a determinado objeto e este juízo é estético. Decorrente dessa afirmação, o juízo estético possui dois tipos, como assinala Deleuze (1991, p. 57) esclarecendo a frase de Kant acima citada: “Mas o juízo ‘é belo’ é apenas um tipo de juízo estético. Devemos considerar o outro tipo, ‘é sublime’”. Dessa forma, faz-se necessário a avaliação de dois conceitos da filosofia kantiana, primeiro, o que é um *juízo estético* e qual a diferença e familiaridade entre o sublime e o *juízo de gosto* (belo) para que se possa seguir o mesmo princípio de análise. Segundo, o que é e como se processa o sentimento do sublime diante de um objeto. Que objeto é este? Trata-se de um objeto qualquer, específico, ou que apresente certa raridade?

O QUE SÃO JUÍZOS ESTÉTICOS?

Sobre a definição de juízos estéticos Ruffini (2007, p. 118) apresenta, de forma bastante objetiva e direta, uma definição para adotarmos como ponto de partida: “os juízos estéticos apenas refletem subjetivamente – são reflexionantes”. Portanto, os juízos estéticos são “reflexionantes”, ou utilizando uma palavra própria do vocabulário kantiano, reflexivos. Sobre a qualidade reflexiva como caracterizadora do juízo estético Kant (2012, p. 11) explica que esta é inerente a faculdade do juízo de forma geral, dependendo do movimento feito na relação entre particular e universal:

A faculdade do juízo em geral é a faculdade de pensar o particular como contido no universal. No caso de este (a regra, o princípio, a lei) ser dado, a faculdade do juízo, que nele subsume o particular, é *determinante* (...). Porém, se só o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a faculdade de juízo é simplesmente *reflexiva*.

Vejamos que a faculdade do juízo tem por efetividade pensar o particular como contido no universal e formular sentenças. As variadas modalidades de sentenças pronunciadas, a partir da formulação do esquematismo transcendental, tem por finalidade veicular o universal por meio dos enunciados. Porém, Kant, em sua analítica, classifica o juízo reflexivo estabelecendo um contraponto com o juízo determinante, sendo *reflexivo* e *determinante*, duas modalidades de emissão de sentenças da faculdade do juízo. No juízo determinante, quando dado sujeito se refere a um objeto ao percebê-lo e o classifica, o faz segundo conceitos do entendimento dados *a priori*. Os conceitos universais do entendimento já são dados à representação do objeto anteriores a experiência e os submete, após intuídos pela percepção, aos conceitos emitindo juízos. Os objetos da natureza, enquanto fenômenos, “assentam em categorias, aplicadas às condições formais de toda a nossa intuição possível, na medida em que esta é de igual modo, dada *a priori*. Sob estas leis a faculdade de juízo é determinante, pois esta nada mais faz do que subsumir a leis dadas” (KANT, 2012, p. 15). Assim, nos juízos determinantes, a regra ou a lei de subsunção dos dados sensíveis já está dada. Por outro lado, no juízo reflexivo, o universal não é previamente dado pelas faculdades do sujeito, ou seja, “nos juízos reflexivos, a lei ou princípio não é dado *a priori*, daí a necessidade da faculdade do juízo de pensar (refletir) uma lei para si mesma, de modo a poder

subordinar o particular” (ALMEIDA, 2009, p. 26). Nesse juízo, a imaginação apresenta uma função ou comportamento diferente, ela necessita encontrar o universal a partir do particular para dar uma finalidade ao objeto percebido. Por finalidade ou fim compreende-se

O conceito de um objeto na medida em que contém também a razão de sua realidade: pensa-se um fim quando não se pensa simplesmente o conhecimento de um objeto, mas o objeto mesmo [sua forma ou sua existência] como um efeito só tornado possível pelo conceito desse efeito (KANT apud LEBRUN, 2010, p. 89).

Então, a imaginação providencia um “conceito” (forma) para que o objeto do juízo estético apresente um caráter de universalidade. Importante pensar aqui que esta reivindicação de universalidade e a conformação a fins não são situadas na esfera do conhecimento, não se trata de um juízo sintético cuja característica é a objetividade do conhecimento de forma determinante. Portanto, essa conformidade a fins é subjetiva, embora reivindique universalidade, esta reivindicação necessária é facultativa a casos particulares, nem todos os sujeitos vivenciam uma experiência estética com os mesmos objetos nas mesmas circunstâncias⁵². Essa é uma “finalidade subjetiva que não repousa sobre um conceito de objeto” (KANT apud MURICY, 2007, p. 42).

Dessa forma, o juízo estético, embora apresente uma conformidade a fins, não é um juízo de conhecimento, mas a expressão do efeito provocado pela experiência com dado objeto. As faculdades transcendentais do sujeito, a fim de codificar e apresentar o objeto percebido, comportam-se de maneira distinta em comparação ao juízo de conhecimento provocando no sujeito uma sensação, um *sentimento*. Quando se pronuncia “isto é sublime” ou “isto é arte” não é uma constatação, mas um julgamento, e esse julgamento é estético e não conceitual. O que é um julgamento estético? É um julgamento sentimental” (DUVE, 2009, p. 48). Quando o sujeito avalia esteticamente o objeto, não é à representação conceitual que se remete, mas sim ao sentimento, e este está ligado ao prazer e à dor. “O que conta não é a existência do objeto representado,

⁵² E, talvez, esta seja uma das mais significativas contribuições de Kant em relação à estética, como defende Guyer (2006, p. 324): “Esta objeção destitui o valor de toda a teoria estética de Kant? Eu não estou de acordo com isso, por duas razões (...). Segundo, uma vez que nós vemos porque Kant pensa que é importante que nós sejamos capazes de concordar sobre os juízos de gosto, devemos considerar que isso é de fato importante, que cada um seja capaz de ter experiências estéticas, mas, não necessariamente tão relevante que todos eles tenham a mesma experiência estética em resposta aos mesmos objetos como todos os demais” (tradução nossa).

mas o simples efeito de uma representação sobre mim” (DELEUZE, 1991, p. 54). Portanto, podemos perceber que o juízo estético se refere ao sentimento diante de determinado objeto e este sentimento é de prazer ou dor. Uma coisa é bela ou sublime se for aprazível ao sujeito, porém, como veremos, o prazer no caso do sublime é *negativo*. Como afirma Lyotard (1994), o belo e o sublime são intensidades diferentes do mesmo sentimento e ambos possuem uma relação com a faculdade de apresentação do objeto. Portanto, a experiência estética não só está relacionada com o efeito da representação sobre o sujeito, como afirma Deleuze, mas, e talvez mais ainda, a apresentação do objeto. A apresentação do objeto, o fato de ele poder ser apresentado ou não, é uma das principais diferenças entre o belo e o sublime. No caso do juízo de gosto, o objeto é apresentado a partir de um livre jogo entre imaginação e entendimento, já no sublime a apresentação do objeto é, de certa forma, não concretizada totalmente, a imaginação é forçada aos seus limites buscando nos conceitos da razão uma conciliação.

Assim como o gosto, o prazer sublime é promovido pela apresentação. A faculdade de apresentação, a *Darstellungsvermögen*, o que evidentemente designa a imaginação aqui, é em *Einstimmung*, em harmonia, com a faculdade de conceitos em geral, enquanto entendimento ou razão, ‘em uma dada intuição’ (LYOTARD, 1997, p. 57)⁵³.

Portanto, nos juízos em geral, a imaginação está envolvida na apresentação dos objetos a partir da adequação aos conceitos do entendimento. No caso do belo, por se tratar de um juízo motivado pelo sentimento e não pelos esquemas transcendentais, ou seja, não há um conceito universal com a característica da beleza, a imaginação, por meio do livre jogo com o entendimento, harmoniza a forma dada ao objeto provocador do sentimento estético com um conceito do entendimento. Temos então a apresentação do objeto belo. Porém, no caso do sublime, a *Einstimmung* não é possível mediante os conceitos do entendimento, forçando a imaginação a buscar nos conceitos puros da razão, que não são formados por dados sensíveis. Dessa forma, o objeto sublime é apresentado “como mimese original do que não pode ser catalogado em gêneros, do que é sempre cindido, sempre incompleto” (RUFINONI, 2007, p. 122). A imaginação é chamada aqui a apresentar o absoluto. Vejamos que o prazer estético está sempre nessa

⁵³ Tradução nossa.

Einstimmung entre as faculdades em que a imaginação é chamada a apresentar o objeto a outra faculdade.

Deleuze aprofunda um pouco mais a questão ao dizer que o prazer estético é desinteressado. Não há, no prazer estético, nenhum interesse empírico conceitual pela existência do objeto e muito menos um interesse puro prático pela existência do mesmo. Na dinâmica do prazer estético, “o que conta não é a existência do objeto representado, mas o simples efeito de uma representação sobre mim” (DELEUZE, 1991, p. 54). Se não há no juízo estético nenhum interesse especulativo e menos um interesse prático, este não é legislador, pois para tal demanda há o interesse pela existência do objeto, o juízo “permanece inteiramente indiferente à sua existência” (DELEUZE, 1991, p. 54). Assim, o juízo estético legisla sobre si mesmo, pois não há um domínio de conceitos universais com o qual se submete os dados sensíveis.

A EXPERIÊNCIA DO SUBLIME

Tanto o belo quanto o sublime, por serem juízos estéticos, compartilham os mesmos princípios, porém, os desdobramentos desses princípios se efetivam de maneiras diferentes no sujeito. Kant inicia sua analítica do sublime evidenciando tais diferenças. Como vimos, a imaginação reflete no sentido de fornecer uma forma ao objeto que se concilia com as demais faculdades do sujeito, no caso do belo, o objeto intuído é representado formalmente de maneira indeterminada ao entendimento. Já no sublime, o objeto é representado sem forma, pois a imaginação é designada a apresentar algo *ilimitado*. O ilimitado, por sua vez, não é dado como fenômeno, portanto, a *Einstimmung* opera entre a imaginação e as ideias puras da razão, pois somente à razão é possibilitado pensar o infinito ou o absoluto. Nas palavras de Kant (2012, p. 89): “o belo parece ser considerado como apresentação de um conceito indeterminado do entendimento, o sublime, porém, como conceito semelhante da razão”.

Se há uma diferença entre a relação entre as faculdades para cada tipo de experiência estética e esta, como já abordamos, promove um juízo vinculado ao sentimento, conseqüentemente a sensação experimentada também se modifica.

A complacência lá (no belo⁵⁴) é ligada à representação da *qualidade*; aqui, porém, à da *quantidade*. A última complacência também se distingue muito da primeira quanto à espécie: enquanto o belo comporta diretamente um sentimento de promoção da vida, e por isso é vinculável a atrativos e a uma faculdade de imaginação lúdica, o sentimento do sublime é um prazer que surge só indiretamente, ou seja, ele é produzido pelo sentimento de uma momentânea inibição das forças vitais e pela efusão imediatamente consecutiva e tanto mais forte das mesmas (...) é incompatível com atrativos, e enquanto o ânimo não é simplesmente atraído pelo objeto, mas alternadamente também sempre de novo repellido por ele, a complacência do sublime contém não tanto prazer positivo, quanto muito mais admiração ou respeito, isto é, merece ser chamada de prazer negativo (KANT, 2012, p. 89).

A partir dessa comparação entre o prazer veiculado pelo belo e o pelo sublime podemos destacar algumas características dessa forma de prazer. Kant afirma que o prazer sublime está ligado à quantidade e não à qualidade como no belo. A qualidade, segundo Lyotard (1994), está ligada ao prazer mediado pela forma do objeto e, como no sublime, se trata de um objeto que escapa à forma, a complacência se dá pela grandeza, imensidão que se expande ao absoluto que não é apresentado. Por estar diante do inapresentável, o prazer ocorre de forma negativa, há uma “inibição das forças vitais”, o ânimo é abalado pela experiência e tomado, momentaneamente, pelo medo e, em seguida, quando o medo é superado, pelo respeito. Esse abalo no ânimo se dá pela insuficiência da imaginação em representar o infinito. Esta é levada aos seus limites ao buscar, na razão, uma forma de apresentar o objeto sublime.

Mas, que objeto é este capaz de abalar o ânimo do sujeito e, de uma forma indireta, negativa, promover o sentimento de prazer pela admiração e respeito? Kant irá dizer que o sublime, diferentemente do belo, não se apraz com a arte, mas sim com a natureza. Porém, diante de seres naturais e de seus diversos elementos, estes se apresentam de maneira formal, sendo possíveis até mesmo juízos do conhecimento. Há para Kant uma experiência com a natureza que provoca abalo no ânimo em que este abandona toda a possibilidade de encontrar no entendimento uma forma de apresentar a experiência e se eleva, entregando-se ao devaneio de vagar pelas ideias da razão buscando a apresentação do objeto. Esta experiência só ocorre onde a natureza é selvagem.

⁵⁴ Parênteses nosso.

Naquilo que nela costumamos denominar sublime não há assim absolutamente nada que conduza a princípios objetivos especiais e a formas da natureza conforme a estes, de modo que a natureza, muito antes, em seu caos ou em suas mais selvagens e desregradadas desordem e devastação, suscita as ideias do sublime quando somente poder e grandeza podem ser vistos (KANT, 2012, p. 91).

Não se trata meramente do objeto da natureza, cachoeira, correnteza violenta, mar em fúria, etc., mas sim, como Kant coloca, o *poder* e a *grandeza* manifestos via natureza. Como apresentar *poder*, como apresentar *grandeza*? Poder e grandeza são percebidos via objeto, porém para além o objeto. Nessa experiência, a vida do sujeito é ameaçada e, posteriormente, quando imaginação e razão se conciliam, o sentimento de prazer é sentido. O prazer só é experimentado após uma sensação de desprazer, pois o ânimo do sujeito sofre um abalo na experiência.

Embora o sublime seja um juízo estético-reflexivo e, por essa razão, necessite ser avaliado segundo as quatro categorias cujas quais Kant analisa o belo (quantidade, qualidade, relação e modalidade), a prioridade de investigação é modificada em relação à análise do juízo de gosto. No caso do juízo de gosto, a principal via do sentimento aprazível é a forma do objeto, por essa razão a análise se dá via *qualidade*. Como no sublime há a ausência de forma e a complacência é sentida mediante a magnitude do objeto, este, por sua vez, se realiza segundo a categoria da *quantidade*. Ele estabelece duas formas de análise do sublime, primeiro analisa como *matemático-sublime* e, depois, como *dinâmico-sublime*. Almeida esclarece que o sublime matemático e o dinâmico não correspondem a dois tipos de sublimes, mas sim a duas modalidades que se efetuam na forma deste sentimento, a primeira ligada ao desprazer e a segundo ao prazer. “No sublime, é preciso saber, o ânimo faz referência a ambos os estados afetivos da faculdade de sentir, o desprazer e o prazer. A disposição matemática lida diretamente com a condição do desprazer e a dinâmica com a do prazer (que advém da condição anterior)” (ALMEIDA, 2009, p. 32). Podemos ver também que há uma ordem no sentimento sublime, primeiro, no *matemático-sublime*, uma sensação de desprazer diante do abalo do ânimo, segundo, com o *dinâmico-sublime*, uma sensação de domínio das forças da natureza, ou seja, uma sensação de segurança diante das forças, o prazer. Portanto, adiante analisaremos os dois modos ou momentos do sublime.

O MATEMÁTICO-SUBLIME

Kant inicia a análise do matemático-sublime apresentando uma definição deste como aquilo que é “absolutamente grande” (KANT, 2012, p. 93). A palavra grande, empregada como qualificação do sublime, é utilizada por Kant no sentido de grandeza, que, por sua vez, indica aquilo que é grande por si mesmo, absolutamente grande. Não há, na avaliação do sublime, uma comparação com nenhum outro objeto. Ao contrário do uso do conceito de grandeza, quando dizemos, cotidianamente, que algo é grande, ou pequeno ou médio, sempre fazemos em comparação a algo. A palavra grande sempre está em referência a alguma comparação, seja a um fenômeno ou a um conceito do entendimento. Por essa razão a escolha do termo grandeza.

Que algo seja uma grandeza (*quantum*) pode-se reconhecer desde a própria coisa sem nenhuma comparação com outras, a saber, quando a pluralidade do homogêneo, tomada em conjunto, constitui uma unidade. *Quão grande*, porém, ou seja, requer sempre para sua medida algo diverso que também seja grandeza (KANT, 2012, p. 93).

Podemos ver que na avaliação da medida daquilo que é sublime, não há nenhum fator ou referência de medida, seja em comparação a outros fenômenos que se apresentam simultaneamente, seja a um conceito do entendimento ou, ainda, a uma escala matemática. A medida da grandeza daquilo que é absolutamente grande está nele mesmo, “trata-se de uma grandeza que é igual simplesmente a si mesma” (KANT, 2012, p. 93), uma grandeza transcendental. Portanto, o sublime não deve ser procurado na natureza, mas, como sugere Kant, em nossas ideias puras. A faculdade de imaginação tem a tendência de progredir ao infinito e, concomitantemente, a razão tem a pretensão de uma totalidade absoluta do mundo, o que desperta em nós um sentimento de algo suprassensível. Então, a experiência do sublime corresponde ao sentimento de um suprassensível possível no ânimo que não corresponde a nada na natureza, mas sim ao uso que a faculdade do juízo reflexivo faz dos objetos da sensibilidade vinculando-os ao universal das ideias puras da razão. Dessa maneira, o sublime também está relacionado ao pensamento tentando pensar o suprassensível. “Podemos, pois, acrescentar às formulas precedentes de definição do sublime ainda esta: *sublime é o que somente pelo fato de poder também pensa-lo prova uma faculdade do ânimo que ultrapassa todo padrão de medida dos sentidos*” (KANT, 2012, p. 96). Essa definição de Kant já

assinala o andamento de suas análises, pois o sublime está referido a um *ultrapassamento da medida dos sentidos*. A palavra *ultrapassar* significa um “passar por”, uma passagem pela medida que é dada pelos sentidos, ou seja, uma medida que é dada pelos conceitos do entendimento é perpassada pela imaginação buscando essa medida na razão pura.

A medida por comparação ou por escalas matemáticas segue a princípios lógicos do entendimento, por sua vez, a avaliação estética se dá de forma intuitiva. A avaliação objetiva pode prosseguir ao infinito, a avaliação estética apresenta uma medida que não possui limites pelo fato de ser o de grandeza insuperável, máxima e absoluta. Em uma avaliação empírica, o objeto é apreendido e compreendido pelo sujeito, porém, no caso do sublime, embora haja apreensão de determinados dados, não há compreensão. Compreender significa, no pensamento de Kant, organizar as partes em um todo.

Para o filósofo, *apreender* significa a capacidade de a imaginação apresentar um objeto aos conceitos do entendimento. Portanto, independentemente do tamanho da apresentação do objeto o entendimento corresponde com um conceito numérico, porém, o problema se dá, se assim podemos chamar, na diferença de limites entre entendimento e imaginação. Enquanto os conceitos numéricos do entendimento progredem infinitamente, a imaginação, na medida em que procura apresentar tais objetos, encontra seus limites.

Pois quando a apreensão chegou tão longe, a ponto de as representações parciais da intuição sensorial, primeiro apreendidas, já começarem a extinguir-se na faculdade de imaginação, enquanto esta avança de um lado tanto ganha de outro e na compreensão há um máximo que ela não pode exceder (KANT, 2012, p. 98).

Enquanto há a compreensão nessa progressão do entendimento e o acompanhamento pela imaginação, não há uma conformidade a fins subjetiva. Na experiência do sublime, explica Almeida (2009, p. 48), “a compreensão não se efetua, pois à medida que a apreensão avança na intenção de percorrer toda a grandeza, dissipam-se, na imaginação, as representações parciais primeiramente apreendidas”. Ou seja, a imaginação não é capaz de reunir em um todo elementos para apresentar a totalidade do absoluto. A conformidade a fins subjetiva se dá quando o ânimo escuta a voz da razão em si, ou um *chamado* como sugere Lyotard (1994, p. 120): “aqui, também, o pensamento é requisitado, chamado a realizar sua destinação, o todo

absoluto, o infinito da vontade. Além disso, essa intransigente, inevitável (*unvermeidlich*) requisição é sentida reflexivamente como um prazer almejado pela alma⁵⁵”.

Lyotard segue sua explicação dizendo que a ideia do absoluto não se dá como um conceito determinante, a ideia do absoluto só está presente no prazer almejado pela alma de pensa-lo. Os predicados reflexivos não se relacionam a objetos, mas sim ao próprio prazer sentido pela alma ao pensar o absoluto. O absoluto não é pensado como tendo um correspondente no lado de fora, não há relação com o exterior, a referência se dá a um puro interior. Este prazer, por ser almejado pela alma, indica que “para o pensamento sentir-se chamado ou requisitado pela voz da razão é um prazer absoluto, porque é a vocação absoluta do pensamento pensar o absoluto⁵⁶” (LYOTARD, 1994, p. 121). Então, na incapacidade da imaginação apresentar o sublime, a faculdade do juízo é chamada a refletir sobre aquilo que não é objeto algum, mas sim um sentimento de pensar aquilo que é inapresentável e que, porém é desencadeado por um objeto. O prazer está na veiculação desse objeto ao universal da razão.

A razão exige do ânimo a apreensão do todo em uma intuição e, como vimos, a apreensão está relacionada com a apresentação dos objetos. Dessa forma, a única saída que resta para a imaginação é encontrar nas ideias puras da razão o absoluto. Porém, como as ideias puras da razão não são representáveis, não há a apresentação da ideia, mas sim o sentimento de estar diante de algo absolutamente grande, o que Muricy chama de “apresentação negativa”. Segundo a autora

A imaginação se quebra na tentativa de apresentar o objeto concebido, fracassa diante do conceito. A experiência do sublime é a da quebra, a da fragmentação, a da impossibilidade. O sublime relaciona-se não com o conceito, mas com a ideia e a ideia, já se disse, não faz acordos com a experiência (MURICY, 2007, p. 44).

Esse sentimento por estar diante de algo absolutamente grande Kant chama de *respeito*, pois a imaginação percebe a sua destinação ao suprassensível e, ao mesmo tempo, encontra as barreiras que a impedem de progredir. A limitação da imaginação e simultaneamente o atravessamento e superação da percepção e a inadequação da

⁵⁵ Tradução nossa.

⁵⁶ Tradução nossa.

primeira com a razão provocam um sentimento de desprazer. Porém, em última instância, a razão concorda com a imaginação tornando o sentimento aprazível. O prazer na experiência do sublime é antecedido por um desprazer.

O sentimento do sublime é, portanto, um sentimento do desprazer a partir da inadequação da faculdade da imaginação, na avaliação estética a grandeza, à avaliação pela razão e, neste caso, ao mesmo tempo um prazer despertado a partir da concordância precisamente deste juízo de inadequação da máxima faculdade sensível, com ideias racionais, na medida em que esforço em direção às mesmas é lei por nós (KANT, 2012, p. 105).

Na tentativa de representação do sublime há um movimento do ânimo, movimento este semelhante a um abalo que se dá em uma rápida alternância entre atração e repulsão ao objeto. Por um lado, a imaginação encontra-se aterrorizada por encontrar seus limites e ser conduzida ao excesso, o que se assemelha a encontrar diante de si um abismo intransponível. Por outro, o excessivo da imaginação é dado como lei da razão, é parte dela exigir o extravasamento da imaginação. Essa atração das faculdades no ânimo produz, a partir do esforço masoquista da imaginação em ser atraída pelas ideias da razão, uma harmonia entre estas. Dessa harmonia, há a representação do sublime. Importante destacar aqui que a representação do sublime é totalmente estética, pois não há “como fundamento um conceito determinado do objeto, representa como harmônico apenas o jogo subjetivo das faculdades do ânimo (imaginação e razão), mesmo através de seu contraste” (KANT, 2012, p. 106). Desse conflito se produz uma conformidade a fins subjetiva, que corresponde a um sentimento de que há no sujeito uma razão pura que é independente e capaz de avaliar grandezas refletidamente e que a única intuição possível é via insuficiência da faculdade de apresentação.

O DINÂMICO-SUBLIME

Na análise do dinâmico-sublime a natureza aparece como poder e não como força. Kant define poder como “uma faculdade que se sobrepõe a grandes obstáculos” (KANT, 2012, p. 108), enquanto força é “quando se sobrepõe também a resistência daquilo que possui ele próprio poder” (KANT, 2012, p. 108). Podemos diferenciar

poder e força de forma que o primeiro consiste na possibilidade não efetuada e o segundo, na realização da possibilidade. Então, a natureza no ajuizamento estético do sujeito aparece como aquilo que pode o sobrepor, mas que não o sobrepõe, não é efetivado a sobreposição factual ao sujeito. Experimenta-se, portanto, algo terrificante que inspira medo. O medo, por parte do sujeito, só é sentido diante daquilo que pode sobrepor suas resistências. Rossetti (2014) acrescenta também que este medo sentido pelo sujeito é devido, na ordem cognitiva, ao fato de haver uma desestruturação na representação do mundo. O mundo, como encadeamento e ordenamento dos fenômenos sofre uma “quebra”, pois, na harmonia entre as formas há a rasura do disforme, do incompreendido e não apresentado.

Por agora, podemos dizer que o *dinâmico-sublime* é um sentimento em que há, num primeiro momento, a sensação do poder da natureza, pois o sujeito compreende que suas resistências podem ser rompidas diante dele. Porém, como no *dinâmico-sublime*, não há força por parte da natureza, o medo inspirado se dá pela avaliação de um poder abalador ajuizado esteticamente. Isso indica também que a resistência do sujeito, a sua faculdade de resistir a algo, permanece intacta. É como se estivesse à beira da morte sabendo que não irá morrer.

Podemos pensar quanto a isso, e Kant utiliza vários exemplos, algumas narrativas bíblicas em que o Deus todo poderoso provoca uma série de alterações na configuração do ambiente natural para manifestar-se ao homem e este é tomado de terror. Considera-se como temível um objeto

sem se temer *diante* dele, a saber: quando o ajuizamos imaginando simplesmente o caso em que porventura quiséssemos opor-lhe resistência e que em tal caso toda resistência seria de longe vã. Assim o virtuoso teme a Deus sem temer a si diante dele, porque querer resistir a Deus e a seus mandamentos não é um caso que ele imagine preocupa-lo, mas em cada um desses casos, que ele não imagina como em si impossível, ele O reconhece como temível (KANT, 2012, p 109).

Porém, nem todo sujeito é capaz de ajuizar o sublime, aquele que teme a si diante daquilo que é temível, que é incapaz de manter-se diante do objeto que lhe incute medo não o contemplando e foge da situação, este não ajuíza o sublime. Por outro lado, a fuga lhe provoca o sentimento de contentamento, este se alegra por não provar tal

experiência novamente e evita recordá-la. O sentimento do sublime clama, por sua vez, se assim pudermos chamar, de coragem. O sublime não é uma experiência para covardes. Assim como, mais adiante em sua analítica, Kant afirmará que o herói contempla o sublime na guerra, pois seu ânimo resiste ante o perigo (KANT, 2012, p. 111). O homem sente-se ou descobre em si essa faculdade de resistência ao se medir em relação a esses objetos, pois elevam a fortaleza da alma humana. Além disso, essa resistência implica

Assim também o caráter irresistível de se poder dá-nos a conhecer, a nós considerados como entes da natureza, a nossa importância física, mas descobre ao mesmo tempo uma faculdade de ajuizar-nos como independentes dela e uma superioridade sobre a natureza, sobre a qual se funda uma autoconservação de espécie totalmente diversa daquela que pode ser atacada e posta em nossa pessoa não fica rebaixada, mesmo que o homem tivesse de sucumbir aquela força (KANT, 2012, p. 110).

Isso indica que, embora haja a experiência com um objeto da natureza, este denominado sublime, o juízo estético é um juízo sobre si mesmo. Ou seja, é um juízo sobre o estado do ânimo do sujeito que, diante daquilo que o inspira temor, eleva o poder de sua alma medindo-a com a natureza experimentando-se, por não morrer, como superior tanto ao medo quanto à natureza exterior. Por outro lado, devido ao sentimento do ânimo e às ideias da razão é possível ao sujeito, num movimento de dentro para fora, conferir sublimidade ao ente que experimenta. Kant indica aqui uma passagem não só da *liberdade à natureza*, mas também da *natureza à liberdade*.

Quanto ao ajuizamento do sublime, Kant irá dizer que tal juízo depende de um desenvolvimento cultural. Povos que não tenham desenvolvido ideias puras da razão com fins morais são incapazes de experimentar o sublime, pois tal sentimento depende de uma exigência da razão para que a imaginação apresente tais ideias. Se não há ideias puras da razão desenvolvidas com aspectos morais, tais indivíduos experimentam determinados objetos como algo terrificante apenas. O homem inculto “verá, nas demonstrações de violência da natureza em sua destruição e na grande medida de seu poder, contra o qual é anulado, puro sofrimento, perigo e privação, que envolve o homem como se fosse banido para lá” (KANT, 2012, p. 114). Embora o juízo estético sublime necessite de um desenvolvimento cultural, não significa que se trata de mera

convenção social, o fundamento do sublime, retomando, está no sentimento provocado no ânimo por meio da experiência com um objeto da natureza.

A pretensão de universalidade do juízo sublime funda-se nesse sentimento moral do homem, porém, tal sentimento moral, como vimos, está completamente relacionado com o desenvolvimento das ideias morais que são associadas ao sentimento do sublime. Pressupõe-se que os indivíduos, de determinada cultura, compartilhantes de valores morais possuam o mesmo senso de moralidade diante dos acontecimentos. Assim, o sentimento moral despertado na experiência do sublime reivindica a esses juízos uma ancoragem no *a priori* humano:

Pois aquela (modalidade dos juízos estéticos⁵⁷) torna precisamente conhecidos neles um princípio *a priori* e eleva-as da psicologia empírica, (...) para colocar esses juízos, e mediante a eles a faculdade do juízo, na classe daqueles que possuem como fundamento princípios *a priori* e como tais porém fazê-los passar para a filosofia transcendental (KANT, 2012, p. 115).

Conclusão

A partir das observações sobre a analítica do sublime de Kant podemos afirmar alguns pontos importantes sobre o que é o sublime. O primeiro é que o sublime corresponde a um juízo estético, cuja particularidade consiste em aferir algo sobre determinado objeto reivindicando universalidade, porém, esta universalidade reivindicada pelo juízo se dá de maneira inversa ao juízo de conhecimento empírico. No juízo empírico, seja analítico ou sintético, o entendimento possui um conceito universal a partir do qual se subsume o objeto aferindo-lhe universalidade. Já no juízo estético o universal não é dado, ele é produzido pela imaginação na tentativa de, por meio da reflexão, apresentar uma forma às ideias puras da razão. O juízo sublime se dá a partir da harmonização entre imaginação e razão em que a razão força a imaginação a apresentar o objeto da ideia pura da razão. Por não ter um conceito pré-determinado e definido, o sublime não apresenta uma conformidade a fins objetiva, mas sim subjetiva.

Outro ponto importante na compreensão do sublime é, para além de sua modalidade de juízo, o fato de ser um sentimento. O juízo estético é sempre

⁵⁷ Parênteses nosso.

fundamentado em um sentimento e não em princípios lógicos. Esse sentimento é explicado por Kant como um desprazer seguido de um prazer associados ao medo e a segurança. Esse sentimento de desprazer é explicado por meio do que Kant chama de *matemático-sublime*, que consiste na avaliação reflexiva da grandeza do objeto. Grandeza aqui não está em relação com nenhum outro objeto, mas sim para consigo mesmo, é aquilo que é imensamente grande por si só, cujo absoluto de sua medida não é dado por conceitos matemáticos, mas sim de uma vez em uma intuição. Porém, esse todo do objeto não é completado em uma forma, as faculdades do sujeito, embora apreendam o objeto, não o compreendem. Esse objeto, absolutamente grande, apresenta poder, seu aspecto *dinâmico*, e é algo terrificante que ameaça a existência do sujeito, por essa razão, ele sente medo diante do sublime. Por outro lado, o medo dá lugar à segurança, pois o sujeito sabe que não terá sua existência aniquilada. O ânimo prova a si mesmo diante do sublime. Permanecendo um sentimento de respeito e prazer por provar-se diante do sublime e reconhecer, em si, uma destinação suprassensível.

Além de ser um sentimento, o juízo estético sublime, para ser comunicado, necessita que determinado povo tenha desenvolvido ideias de cunho moral e suprassensível. As ideias puras da razão prática servem de fundamento para as ações morais, portanto, um povo que não tenha desenvolvido tais ideias é incapaz sequer de experimentar o sublime e muito menos de torna-lo *sensu communis*. Portanto, o que é o *sublime*? É a expressão na linguagem de um sentimento terrificante com reivindicação de comunicabilidade universal, onde juízo e sentimento são faces do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alexandra de. **A noção de sublime em Kant e a questão da comoção na arte**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2009.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUVE, Thierry de. Cinco reflexões sobre o julgamento estético. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. **Revista Porto Arte**, Porto Alegre, n 27, p. 43-65, 2009.

GUYER, Paul. **Kant**. New York: Routledge, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura** (parte 1 – Os pensadores). Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LEBRUN, Gérard. **Sobre Kant**. Trad. José Oscar de Almeida Marques, Maria Regina Avelar Coelho da Rocha e Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **Lessons on the analytic of the sublime**. Trad. Elizabeth Rottenberg. Stanford: Stanford University Press, 1994.

MURICY, Katia. O sublime e a alegoria. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, n 21, p. 39-52, 2007.

ROSSETTI, Micaela Lüdke. Burke, Kant e Lyotard: reflexões acerca do sublime. **Palíndromo**, Santa Catarina, n 12, p. 22-40, 2014.

RUFINONI, Priscila Rossinetti. Mimeses do sublime: a recepção de Kant pelo Romantismo e pelo Expressionismo. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n 30, p. 115-126, 2007.